

VIDA BANCÁRI@

Visite o Portal

www.vidabancaria.com.br

JUNHO VERMELHO

Campanha de conscientização para a doação de sangue



LUCROS DOS BANCOS

SÓCIOS DA CRISE

Em apenas três meses, os cinco maiores bancos do País somaram R\$ 18 bilhões de lucro líquido. Resultado mostra que setor está alheio às intempéries provocadas pela pandemia do novo coronavírus

Alheios à crise financeira decorrente da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), que assola economias de inúmeros países no mundo, os cinco maiores bancos do País (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Itaú e Santander) tiveram juntos um lucro líquido de R\$ 18 bilhões no primeiro trimestre de 2020. A título de comparação, uma análise do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) revela que esse valor é superior aos R\$ 17 bilhões investidos pelo Ministério de Ciência e Tecnologia em pesquisas e atividades correlatas durante todo o ano de 2017.

Embora os balanços revelem uma queda média de 27,5% nos valores em relação ao montante apurado no mesmo período do ano passado, o recuo nos lucros é justificado pelo aumento das PDDs (Provisões para Devedores Duvidosos). No Itaú, por exemplo, enquanto o lucro representou uma queda de 43,1% em 12 meses, as PDDs subiram espetaculares 161,5%. Com exceção da Caixa, Bradesco, Banco do Brasil e Santander também fizeram uso desse expediente, tomando precauções um tanto exageradas em relação à recuperação da economia do País.

"Ano após ano os bancos se mantêm ilesos a qualquer tipo de crise e mesmo obtendo lucros bilionários no atual momento continuam ampliando metas para multiplicar seus resultados", critica Felipe Pacheco, presidente do Sindicato, lembrando que as cobranças para cumprimento de venda de produtos vêm sendo feitas dos bancários e bancárias que estão na linha de frente e, também, daqueles que estão em home office. "Para eles, o importante é ter lucro a qualquer custo", completa.





Ministro/banqueiro volta à carga contra bancos públicos

Sentindo-se à vontade na polêmica reunião ministerial do dia 22 de abril, o ministro/banqueiro Paulo Guedes não poupou palavras para atacar os bancos públicos, em especial do Banco do Brasil, sobre o qual proferiu a seguinte frase: "tem que vender essa p. logo". Essa declaração de desprezo por um dos principais bancos públicos do País gerou inúmeras críticas e levou os deputados Zé Neto (PT/BA) e a deputada Margarida Salomão (PT/MG) a apresentar requerimento à direção da Câmara Federal, convocando o ministro/banqueiro a prestar esclarecimentos sobre suas reais intenções.

"Com o surgimento da pandemia do novo coronavírus foi suspenso o processo de desmonte do Banco do Brasil, mas depois desse ataque de Paulo Guedes não temos dúvidas que seu objetivo é mesmo a privatização", avalia Laurito Porto de Lira Filho, diretor do Sindicato. Para Laurito, ao tratar com desprezo o banco, o ministro/banqueiro demonstra total desconhecimento sobre o importante papel exercido pelo BB e dos seus funcionários para o desenvolvimento social e econômico do País. "Nenhum banco privado faz ou vai fazer o que o Banco do Brasil tem feito desde a sua fundação, que é oferecer linhas de crédito com taxas acessíveis aos produtores rurais, pequenas e grandes empresas. Este é um serviço que contribui para gerar empregos e renda, sem se

TCU suspende publicidade nos sites de 'fake news'

O ministro Bruno Dantas, do TCU (Tribunal de Contas da União), determinou no dia 27/05 que o Banco do Brasil suspenda sua publicidade em sites, blogs, portais e redes sociais acusados de propagar informações falsas. Essa medida atendeu ao pedido feito pelo Ministério Público para que seja investigada a suposta interferência do secretário de Comunicação do Palácio do Planalto, Fabio Wajngarten, e do vereador Carlos Bolsonaro, um dos filhos do presidente Jair Bolsonaro, na publicidade do Banco do Brasil.

O banco havia suspenso a publicidade feita no site Jornal da Cidade On line, denunciado por veicular 'fake news', mas voltou atrás após intervenção feita por Carlos Bolsonaro.

preocupar tão somente com o lucro fácil, como fazem o Itaú, Bradesco, Santander e outras instituições privadas", salienta.

Sabá Mais

Leia estas e mais informações no endereço www.vidabancaria.com.br

CAIXA

Banco prorroga trabalho remoto até 15 de julho

A diretoria da Caixa Econômica Federal anunciou na semana passada a prorrogação do trabalho remoto para até o dia 15 de julho, mantendo assim em home office empregados e empregadas que fazem parte dos grupos de risco ou que convivem com familiares mais vulneráveis aos efeitos do novo coronavírus (Covid-19).

Essa medida surgiu dias após a revelação do discurso feito pelo presidente do banco Pedro Guimarães durante a reunião ministerial do dia 22 de abril, quando classificou o home office como uma "frescurada".

"Esse sistema de trabalho remoto faz parte do protocolo de atuação dos gestores negociado entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) e tornou-se fundamental nestes tempos de pandemia para preservar a saúde e salvar vidas", ressalta o presidente do Sindicato, Felipe Pacheco, lembrando que certa de 300 mil bancários e bancárias estão atuando neste sistema desde que a pandemia se instalou no Brasil.

Sabá Mais

Leia estas e mais informações no endereço www.vidabancaria.com.br

CAIXA NÃO ACEITA ACORDO SOBRE CONCURSO DE 2014

A Caixa Econômica Federal não aceitou a proposta de acordo judicial referente à contratação dos candidatos aprovados no concurso de 2014, que foi apresentada pelo Cejusc (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Brasília), em audiência realizada no dia 25 de maio, com a presença de representantes do Ministério Público do Trabalho, da Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) e da Fenaef (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa).

A Caixa negou a possibilidade de conciliação alegando que a Justiça do Trabalho não é competente para apreciar a matéria. Diante desse posicionamento do banco, o processo retornará a pauta de julgamento da Segunda Turma do TRT-DF/TO (Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, do Distrito Federal e Tocantins).



A agência do Bradesco na Av. Madre Leônia Milito, em Londrina, registrou um caso positivo de Covid-19

COVID-19

Agências do Bradesco e do Itaú passam por desinfecção

Na semana passada, três agências de Londrina tiveram o expediente suspenso e passaram pelo processo de desinfecção após funcionários terem apresentado suspeitas de contágio pelo novo coronavírus (Covid-19). O primeiro caso



Dois agências do Itaú em Londrina passaram por sanitização na semana passada

verificado foi na agência do Bradesco localizada na Avenida Madre Leônia Milito. Após o teste ter dado resultado positivo e o bancário ser afastado, o Sindicato interviu no dia 25 de maio para que a agência não abrisse.

"Nós cobramos o cumprimento do protocolo negociado com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), garantindo a dispensa dos demais funcionários e a realização da sanitização. No dia seguinte, a agência reabriu as portas com outra equipe", explica Valdecir Cenali, diretor do Sindicato e representante do Vida Bancária na COE (Comissão de Organização dos Empregados) do Bradesco.

No dia 27 de maio, o Itaú Unibanco fechou as agências 3893, localizada na

Avenida Tiradentes, e a 8092, que fica no Calçadão de Londrina, após funcionários e funcionárias terem apresentado suspeitas de contágio pela Covid-19. O banco também seguiu o protocolo, providenciando a desinfecção das unidades e os funcionários e funcionárias foram afastados. Uma bancária da agência 8092 testou positivo para a Covid-19.

Valdecir orienta a todos para que fiquem atentos às medidas de proteção contra o novo coronavírus e a denunciar ao Sindicato quaisquer irregularidades.



COE cobra respeito às medidas do acordo contra a Covid-19

Integrantes da COE (Comissão de Organização dos Empregados) do Itaú apresentaram ao banco, em reunião por videoconferência realizada no dia 28 de maio, algumas denúncias de descumprimento do acordo feito durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Um dos pontos tratados é a utilização incorreta por alguns gestores do Banco de Horas Negativo, que foi criado com o objetivo de preservar a saúde dos funcionários.

A COE também cobrou testes de Covid-19 para todos os bancários e bancárias. Representantes do banco disseram que no momento não é possível atender essa reivindicação e que a mesma será levada para discussão na mesa de negociações entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos). Foram feitos também relatos de dificuldades para entrega de notebooks a funcionários que estão em home office.

Cobranças de metas

Outro assunto debatido na reunião foi a avaliação do Programa Agir e do Trilhas de Carreira, direcionado aos caixas. O banco informou que os funcionários têm garantido mil pontos, referentes ao mês de maio, e que dará retorno, com levantamento dos últimos meses, na próxima reunião sobre todos os processos de avaliações.

Ainda em relação à Covid-19, a COE questionou a forma de higienização das agências. Foi feito alerta também para o fato de que o INSS não está fazendo a perícia, por isso foi cobrado do banco o cumprimento da cláusula 29ª do Acordo Coletivo, que trata sobre o complemento salarial.

A COE também levantou questões sobre a pressão de gestores do banco para que funcionários voltem ao trabalho sem passar por consulta médica, o que é ilegal, e a transferência de vigilantes de agências que registram suspeita da doença para outras unidades.

Saiba Mais

Leia estas e mais informações no endereço www.vidabancaria.com.br

Saiba Mais

Leia estas e mais informações no endereço www.vidabancaria.com.br



Júnior César Dias (à esq.) foi substituído na Presidência da FETEC-CUT/PR por Deonísio Venceslau Schmidt

FETEC-CUT/PR

XII Congresso Estadual elege a nova Diretoria

Com a participação de 100 delegados e delegadas, representando os 10 Sindicatos filiados, foi realizado no dia 23 de maio, por videoconferência, o XII Congresso Estadual, que teve o tema "Lutar e Resistir". Na programação do evento teve análise da conjuntura política e econômica do País, feita pela presidenta da Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro), Juvandia Moreira, e a secretária-Geral da CUT Nacional, Carmem Foro.

Durante o Congresso foram apresentados e aprovados o balanço e a Prestação das Contas da FETEC-CUT/PR, deliberadas alterações estatutárias e ao final eleita a nova direção,

que tem como presidente Deonísio Venceslau Schmidt, bancário do Bradesco em Curitiba.

"Assumimos um mandato desafiador em meio a um cenário econômico, político e social dramático. Os trabalhadores nunca tiveram vida fácil, mas há muito tempo não enfrentam um momento tão difícil. Blindar a CCT (Convenção Coletiva de Trabalho), defender os bancos públicos, lutar pela reconquista dos direitos e da democracia estarão no centro dos nossos debates neste momento histórico", afirmou Deonísio.

Saiba Mais

Leia estas e mais informações no endereço www.vidabancaria.com.br

TRABALHO

Câmara aprova MP 936 e mantém a ultratividade das normas coletivas

A MP (Medida Provisória) 936/2020, que permite às empresas negociar com seus empregados a suspensão do contrato de trabalho e a redução dos salários, foi aprovada na sessão do dia 28 de maio da Câmara dos Deputados. As regras valem para quem tem carteira assinada e para os contratos de aprendizagem e de jornada parcial.

O texto aprovado foi o parecer do relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que alterou diversos pontos da proposta original do governo federal, aumentando a abrangência e estendendo até o ano que vem a desoneração da folha de pagamento, que atinge 17 setores da economia (Lei 12.546, de 2011).

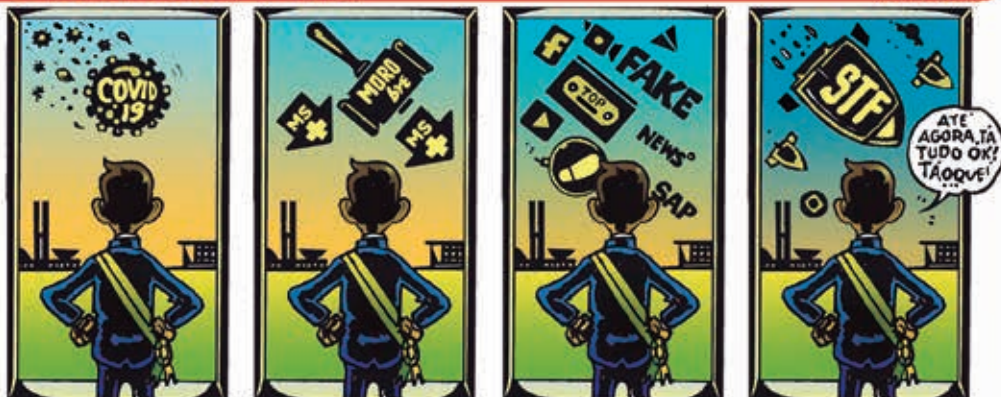
Volta da ultratividade

O texto da MP 936 também tem uma grande conquista para a categoria bancária e o conjunto da Classe Trabalhadora, que é a ultratividade, dispositivo necessário para garantir a manutenção dos direitos previstos nas CCTs (Convenções Coletivas de Trabalho) das categorias profissionais mesmo após o término da vigência da mesma, até que seja firmado um novo acordo entre os Sindicatos e as empresas, ou haja alguma decisão judicial em contrário.

"Com a manutenção do princípio da ultratividade o movimento sindical bancário terá mais tempo para organizar a Campanha Salarial em busca de novas conquistas, entre os quais a garantia de emprego no setor financeiro", explica Ivaí Lopes Barroso, presidente do Sindicato de Cornélio Procópio. Ivaí afirma que a ultratividade foi um dos importantes direitos da Classe Trabalhadora retirados pela reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017. "Graças ao empenho das Centrais Sindicais e dos deputados de oposição, a ultratividade voltou e foram conseguidos outros avanços, como mudanças nas regras para mediação dos Sindicatos nas negociações de acordos individuais e benefícios para as gestantes e as pessoas com deficiência", aponta.

Em Brasília, 19Hs!

Ivo Akio



EXPEDIENTE

VIDA BANCÁRIA



CUT



Edição digital. Permitida a reprodução; favor citar a fonte. Contato: Av. Rio de Janeiro, 854 - Londrina - PR. CEP: 86010-150. Fone: (43) 3372-8787. Diretores responsáveis: Ana Cláudia Ribeiro (Londrina: 3372-8787-seeblid@sercomtel.com.br), Rosemari Zanin (Apucarana: 3422-5533-seebapucarana@gmail.com), Carlos Roberto de Freitas (Arapoti: 3557-1516-seebarapoti@gmail.com) e Ivaí Lopes Barroso (Cornélio: 3524-2120-seebcornelio@bancarioscornelio.com.br). Jornalista editor-responsável: Armando Duarte Jr. (2.495/PR). Revisão: Ana Claudia Ribeiro, Josué Rodrigues e Levi Ribeiro.

